

# A GEOGRAFIA DE CORTE MARXISTA: ARMANDO CORREA DA SILVA E A TEORIA DA GEOGRAFIA E LUGAR SOCIAL

Laudenides Pontes dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre a Teoria da Geografia e do lugar social proposta pelo geógrafo brasileiro Armando Correa da Silva. Para tal é feito um estudo bibliográfico acerca do tema e ainda um breve histórico das perspectivas geográficas e da filosofia marxista. Observa-se a importante contribuição prestada pelo geógrafo em questão no que diz respeito à definição do objeto e clarificação de conceitos geográficos, notadamente o conceito de lugar social. Para este autor, este conceito é uma expressão do espaço que contém as características das relações naturais e sociais. Com base em seu pensamento é possível compreender a diversidade de espaços existentes que são derivadas de diferentes relações entre o natural eo social.

**Palavras-chave:** Geografia; Marxismo; Geografia; Lugar Social.

## THE MARXIST CUT GEOGRAPHY: ARMANDO CORREA DA SILVA AND THE THEORY OF GEOGRAPHY AND SOCIAL PLACE

**Abstract:** The purpose of this article is to reflect on the Theory of Geography and Social Place proposed by the Brazilian geographer Armando Correa da Silva. To this end a bibliographic study was made on the subject and also a brief history of geographical perspectives and of Marxist philosophy. It is observed the important contribution rendered by this geographer regarding the object definition and clarification of geographical concepts, especially the concept of social place. For this author, this concept is an expression of the space that contains the characteristics of the natural and social relationships. Based on his thinking is possible to understand the diversity of existing spaces that are derived from different relations between the natural and social.

**Keywords:** Geography; Marxism; Geography; Social Place.

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. laudenidesp@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma análise da teoria da Geografia e lugar social desenvolvida pelo geógrafo Armando Correa da Silva. A busca por uma unicidade do objeto de estudo da ciência geográfica levou o autor ao entendimento do espaço enquanto ser, este espaço ganha sua concretude através do lugar social, pois nele vão estar o trabalho natural e social e a relação entre estes dois. Teve como base filosófica a influencia do pensamento marxista, uma vez que considera o trabalho como base para sua discussão.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, a leitura e sistematização de obras que subsidiaram as discussões aqui presentes.

Este artigo se estrutura da seguinte forma: primeiramente foi feita uma breve análise das transformações ocorridas na ciência geográfica, situando as diferentes correntes. Depois enfatizamos a Geografia Radical, corrente que tomou por base o método do materialismo dialético. E por último, fizemos uma análise da teoria da Geografia e lugar social proposta por Armando Correa da Silva.

## A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

As transformações nos contextos socioeconômicos colocam aos homens novos desafios. O conhecimento científico tende acompanhar estas mudanças. A ciência geográfica, como não poderia ser diferente, vem sofrendo transformações no seu modo de interpretar o mundo. Como a sociedade e a natureza são elementos dinâmicos, esta por sua vez, não pode se isentar de agregar novas abordagens para melhor compreender estes objetos.

Tem sido assim desde sua sistematização no século XVIII, diferentes contextos sociais exigiram novas reflexões, que deram origem as diversas “geografias”, embasadas em pressupostos filosóficos diferentes, teceram explicações sobre o espaço e o homem. Esta diversidade teórica metodológica deu origem a um pluralismo de olhares sobre as relações homem natureza, o que permite entendê-las melhor.

Muitos acontecimentos históricos, econômicos e sociais influenciaram diretamente no modo de vida das pessoas, no seu modo de produção, na sua cultura, o que demonstra que as relações entre os homens e destes com a natureza se modificam ao longo do tempo. Um exemplo claro foi a ascensão do modo capitalista de produção capitalista que implicou em mudanças práticas na vida social e também no plano do saber.

Admite-se que a Geografia enquanto ciência independente surgiu no século XIX, quando aconteceu sua sistematização através dos trabalhos de Humboldt e Ritter. Apesar da autonomia dessa ciência só se efetivar na idade contemporânea, segundo Andrade (1987), muitos estudos geográficos (não com essa denominação) podem ser identificados desde a Antiguidade, Idade Média e até mesmo na pré-história com a descrição de rotas a serem percorridas e recursos a serem explorados.

A Geografia nasceu como sendo a ciência que faz a descrição da Terra, como já traz o seu próprio nome “Geo” Terra e “Grafia” descrição. Dessa forma,

durante muito tempo, esta ciência se preocupou essencialmente com a descrição de lugares, como rios, montanhas, cidades.

Na Geografia Tradicional (denominação dada à Geografia praticada desde a institucionalização, até o movimento de Renovação, caracterizado principalmente pelas Escolas Nacionais) houve uma grande discussão sobre a definição do objeto e do método de estudo da Geografia. Entre elas: a superfície terrestre; o estudo da paisagem; alguns ainda a definem como o estudo da diferenciação de áreas ou ainda da individualização delas.

Houve ainda aqueles que concebiam o objeto simplesmente como o estudo do espaço. Outros o identificaram como o estudo das relações entre o homem e o meio. Nesse caso, a Geografia seria uma disciplina de contato entre fenômenos naturais e sociais. Por último, encontram-se os que especificam esse objeto como a própria relação em si de fenômenos naturais e humanos, considerando-se a equivalência entre os dois aspectos.

Percebe-se, no entanto, que, mesmo diante de todas essas contradições, prevalece uma tendência de se identificar a Geografia como a ciência responsável por estudar a sociedade (homem) e o meio (natureza): “A discussão, entre as visões do objeto, expressa o mais intenso debate do pensamento geográfico. Entretanto, em qualquer dela encontra-se a ideia de que a Geografia trabalha unitariamente, com os fenômenos naturais e humanos.” (MORAES, 1999, p. 19).

Alexander Van Humboldt e Karl Ritter tiveram importante contribuição no pensamento geográfico, o primeiro priorizava o caráter físico e de síntese da Geografia, elaborando vários conhecimentos sobre a natureza, o segundo contribuiu estabelecendo formulações teóricas sobre a relação homem-meio-físico. Apesar de suas diferenças, Humboldt e Ritter tiveram papel importante na elaboração de um saber organizado e de bases metodológicas para a Geografia.

No século XIX, surgem também os estudos de Friedrich Ratzel, que desloca o discurso geográfico para outra perspectiva, legitimando o expansionismo alemão através do determinismo. O determinismo de Ratzel explicava as diferenças econômicas dos povos, conforme sua capacidade de se relacionar com a natureza; dessa forma, elaborou o discurso da hierarquização entre os Estados, dividindo-os em civilizados e selvagens. O domínio de uns sobre os outros seria justificado pela supremacia dos civilizados e sua necessidade de recursos naturais conforme o Espaço Vital, que seria o espaço como fonte de vida para os Estados (MOREIRA, 1994). Essas ideias legitimaram os projetos imperialistas e colonialistas europeus, principalmente na África e na Ásia.

Outro paradigma importante no discurso da Geografia Moderna foi o Possibilismo. Desenvolvido na França, por Vidal de La Blache, o possibilismo geográfico estabelece outras formas de relação entre homem e natureza. Essa visão condenava a ideia de espaço vital alemão e considerava que o homem é dinâmico e que através de sua cultura pode atuar sobre o meio, modificando-o.

Uma nova fase na evolução do pensamento geográfico começa a delinear-se a partir das transformações trazidas pelo capitalismo. O antigo modelo explicativo e descritivo torna-se insuficiente em virtude desse amplo modelo social. A base utilizada nesse momento é o Positivismo, que se pauta na enumeração e descrição de lugares, esquecendo-se de analisá-los e de compreendê-los.

Diante das transformações sociais, depara-se com a necessidade de uma reformulação da sua linguagem, métodos, para melhor refletir e entender o mundo. A partir de meados da década de cinquenta começam a se manifestar as primeiras

mudanças nessa ciência. Essa renovação não ocorreu de forma homogênea, Andrade (1987) explica que a evolução do pensamento geográfico se deu em quatro correntes teórico-metodológicas: a teórico-quantitativa (pragmática), a radical (marxista), a da Geografia do comportamento e a ecologista.

A influência neopositivista adicionou um caráter matemático à Geografia, através da introdução de técnicas para diferenciar os lugares, inaugurando assim a Nova Geografia. Esta teve por finalidade construir ferramentas de análise para a organização do espaço, e foi voltada para o planejamento, suas metodologias baseavam-se no pressuposto filosófico elaborado no Neopositivismo, utilizava métodos matemáticos e estatísticos para explicar a realidade existente. Seu centro difusor foi os Estados Unidos, emergindo a partir da metade do século XX.

Surge também a Geografia Crítica ou Geografia Radical que recebe esse nome pelo fato de denunciar e criticar a sociedade da época. Com um tom de revolução, a Geografia Crítica, considera que o saber geográfico deve ser envolvido com a transformação social, no combate as desigualdades e não mais deve estar a serviço do Estado.

Esta perspectiva baseia-se no paradigma marxista e no materialismo histórico e dialético, para entender a realidade estuda aspectos como modo de produção, formação econômico-social, relação de produção e conceitos como capital e trabalho: “o discurso marxista supõe em todos os casos aceitar a existência de relações mutuas e complexas entre sociedade e espaço, entre processos sociais e configurações espaciais”. (SPOSITO, 2004, p. 92).

A Geografia Humanística, outra corrente nesse movimento de Renovação, entende que o espaço é carregado de significações e que a ação humana não pode ser desvinculada de sua formação. Essa concepção é carregada de subjetividade e considera o homem mais individualmente, buscado entender as relações do homem com o espaço e ainda seus sentimentos e ideias acerca do lugar:

Esta tendência levava o geógrafo a realizar estudos para caracterizar como o indivíduo tem a percepção do lugar próximo e distante e como faz refletir esta percepção através de uma sistematização. Daí resultará uma tendência à idealização de tantos espaços quantos forem os indivíduos a percebê-los (ANDRADE, 1987, p. 113).

Conforme essa compreensão, as transformações que se sucedem no espaço resultam das ações humanas que se dão de acordo com a visão que a sociedade tem desse espaço, ou nas palavras de Claval: “Os homens não tomam suas decisões em função do que é o mundo, mas em função da imagem que tem dele.” (2006, p. 115). A Geografia Humanística tem uma abordagem fenomenológica, ou seja, se preocupa em entender os fenômenos através da percepção; nessa acepção, o sujeito não está mais separado do objeto, pois a análise do segundo depende da perspectiva do primeiro.

A partir da década de 1970 surge na Geografia uma abordagem voltada para os temas ecológicos, devido a uma maior preocupação com os problemas ambientais. A Geografia Cultural, por sua vez, pode ser caracterizada como um subcampo da Geografia que estuda a dimensão espacial da cultura.

Estas diferentes correntes da Geografia dão exemplo de como a análise geográfica vem passando por transformações. Com essas novas visões surgiu a necessidade de estudar outros temas, que nasceu é claro de mudanças na própria sociedade e na ciência.

## A GEOGRAFIA DE CORTE MARXISTA

Muitos acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos entre 1950 e 1970 acarretaram em transformações sociais importantes, o que por sua vez, causaram um redirecionamento das ciências sociais. Entre estes acontecimentos estão: a descolonização de países subdesenvolvidos o que trouxe uma maior visibilidade para os seus problemas:

O subdesenvolvimento podia agora analisar-se sob uma nova ótica, visto que se tomou conhecimento das consequências da dominação do sistema capitalista e se reconheceram as relações existentes entre o atraso econômico, a dependência e o intercâmbio internacional (FERREIRA, SIMÕES, 1986, p. 91).

Os pressupostos do positivismo e do neopositivismo não eram mais suficientes para explicar todas estas questões que emergiam. O distanciamento social, a neutralidade, o uso de modelos não davam conta destas novas realidades. Surgem assim novas correntes como a geografia do comportamento, da percepção e a geografia de corte marxista.

A geografia crítica surge no contexto dos anos de 1960 nos Estados Unidos que convivia com a guerra do Vietnã e com problemas urbanos e ambientais como a poluição, luta pelos direitos civis. As obras de Marx e Engels serviram de subsídios para a análise do espaço. É também chamada de geografia radical, marxista e de relevância social. É uma geografia preocupada em ser crítica e atuante. Na França o movimento radical é liderado por Yves Lacoste através da publicação da revista *Herodote*.

A geografia marxista toma para si a análise dos problemas sociais tendo como pressuposto metodológico o marxismo, considerando que os estudos geográficos não podem ser centrados no indivíduo, uma vez que as estruturas sociais oferecem limitações à liberdade individual.

Além disso, considera que a ciência não pode ser mais neutra, pois de alguma forma tem que intervir na sociedade. Desta forma tem como objetivos, conforme (Ferreira e Simões, 1986): contribuir para uma sociedade equitativa, trabalhar para uma mudança radical reconstruindo as opiniões convencionais e ainda criar uma organização de ação efetiva dentro da geografia acadêmica.

Esta Geografia não se caracterizou como uma escola, mas como um conjunto de geógrafos que propuseram uma análise mais crítica dos problemas sociais. Estes criticavam a neutralidade com que esses problemas eram tratados até então pela geografia positivista, neopositivista e da percepção.

Esta corrente se manifestou principalmente nos Estados Unidos e na França, inspirada nas manifestações de massa contra as desigualdades sociais geradas com o capitalismo e de oposição à guerra do Vietnã. Trouxe um direcionamento mais social às análises geográficas. Defende que a Geografia deve estar preocupada com os problemas sociais, rompendo com o Estado e as classes dominantes. Entende a natureza como fonte de recursos e as relações sociais e de poder como criadora de desigualdades que origina uma realidade social e espacial injusta e contraditória. Temas como a geografia urbana e a geografia social ganharam força com a inspiração marxista

Foram destaques nesta vertente os geógrafos franceses de esquerda como Pierre George, Jean Dresch, Jean Tricart, Raymond Guglielmo e Yves Lacoste. Nos países anglo-saxões, destacaram-se William Bunge, Richard Peet e David Harvey geógrafos da nova geografia que optam pelo marxismo na busca da crítica social. No Brasil esta tendência começa a aparecer no final da década de 1970 e início da década de 1980, tendo como representantes: Milton Santos, Armando Correa da Silva, dentre muitos outros. Estes autores discutem o espaço tendo como pano de fundo as relações naturais e principalmente sociais.

## O MATERIALISMO DIALÉTICO

A realidade feudal embasada nos estamentos e na rígida estratificação social, sofreu grandes mudanças no século XV. A revolução burguesa transformou as relações sociais, políticas e econômicas da época e com o lema de “liberdade, igualdade e fraternidade” possibilitou uma reorganização social, que seria a base para um novo modo de produção: o capitalismo.

A possibilidade de acumulação de riqueza e ascensão social diferenciou dois novos grupos sociais a burguesia e o proletariado. Os primeiros viam no comércio uma forma de aumentar suas riquezas, enquanto os segundos eram compostos de camponeses que foram despojados de suas terras.

A sociedade burguesa faz desmoronar os regulamentos feudais e adota para si o regulamento da manufatura, mas tarde transformada em sistema fabril. Este sistema desconhece as diferenças entre as pessoas quanto à origem social, parentesco etc., mas divide as pessoas em vendedoras da força de trabalho (os operários assalariados) e compradores desta força, que são também os donos dos meios de produção (os capitalistas) (MALAGODI, 1988, p. 11).

A revolução burguesa configura-se como o começo de um processo seguido pelo declínio do feudalismo; mercantilismo; expansão marítima; Revolução industrial e tem como produto final a consolidação do capitalismo como modo de produção.

O materialismo dialético, pensado por Karl Marx a partir de 1843 é uma crítica a esta sociedade burguesa. Ao mesmo tempo em que foi resultado destas transformações sociais, funcionou como base para a revolução socialista e proletária e ainda revolucionou a própria forma de fazer ciência, se tornando base filosófica para as ciências sociais.

O materialismo é uma filosofia que interpreta a realidade através do material, ou seja, a ideia que se tem sobre os objetos não existe pela consciência do sujeito, mas pela materialidade do próprio objeto. Em outras palavras, esta concepção filosófica tem como base para sua interpretação a realidade dos fenômenos e não apenas pensamentos e ideias como é para os idealistas.

Marx utilizou a dialética para explicar os fenômenos sociais de sua época e mudanças importantes ocorridas na sociedade e, juntamente com Friedrich Engels, criou o Materialismo Dialético. A dialética do grego “movimento de ideias” surge na Grécia antiga onde era a arte de diálogos, na qual poderia se comprovar uma tese por meio de argumentos.

Até então a filosofia era desligada da vida da maioria das pessoas, pensando o mundo de forma abstrata. Marx pensou em uma teoria sobre a

sociedade e sobre o modo de vida que pudesse ser transformada em práticas. Além disso, o materialismo dialético foi muito importante para as ciências sociais, pois buscou uma verdade universal:

O caráter universal desse conhecimento provém do esforço de compreender o conjunto do movimento, a totalidade da vida das sociedades, ou seja, o passado, o presente e suas tendências para o futuro (MALAGODI, 1988, p. 11).

Entender os fatos e problemas sociais é um desafio, pois as respostas não estão aparentes, é preciso tecer uma análise mais profunda. O diferencial do materialismo de Marx foi o ponto de partida na busca destas respostas, o filósofo alemão partiu das necessidades materiais das pessoas ou dos grupos sociais, pois concluiu que o interesse material traz implicações na economia, na política, cultura e sistema jurídico de uma sociedade.

Ao passo que os indivíduos estabelecem relações entre si, tem um interesse conforme a classe social a que pertencem. E estas relações podem ser entendidas no bojo de uma análise do modo de produção no qual estão inseridos. Desta forma, Marx concluiu que o modo de produção exerce forte influência em uma sociedade no seu fazer político, cultural e social e que ao mesmo tempo este modo de produção tem a sua manutenção garantida através de outras estruturas:

As estruturas jurídicas, políticas e culturais são absolutamente indispensáveis, tanto para a manutenção da estrutura de classes, quanto funcionam como um indicador do desenvolvimento das sociedades e das formas sociais que a vida humana adquire ao longo do tempo (MALAGODI, 1988, p. 29).

Marx, portanto, baseou suas explicações sociais tomando como ponto de partida o interesse material, mais especificamente o interesse de classes, daí vem o aspecto social do materialismo dialético. Destacou o papel de duas classes antagônicas que atuam no modo de produção capitalista os proprietários e os trabalhadores. Como estas duas classes têm interesses antagônicos, a sociedade capitalista é marcada por crises, conflitos e desigualdades sociais.

Como já foi dito o pensamento marxista não foi apenas um jeito novo de pensar as relações sociais, mas se tornou uma nova forma de fazer ciência através do método chamado de materialismo dialético. Este método utiliza a abstração para entender a realidade social, em sua obra O Capital de 1967, Marx faz uma análise a partir de uma realidade concreta, a mercadoria, criou conceitos abstratos de valor de uso e valor de troca para analisar a lógica de acumulação capitalista, desvendando como acontecia a transformação do dinheiro em capital, capaz de gerar mais dinheiro.

Na obra citada acima, Marx analisou como se deu o processo de formação do proletariado urbano e rural e a acumulação de capital pela classe burguesa. Pode ser chamado, portanto de histórico, uma vez que indica as condições históricas da existência do capitalismo. Além disso, a análise que Marx faz da transformação do dinheiro para mercadoria e desta novamente para o dinheiro é uma colocação dialética, pois conjuga duas realidades que dão origem a uma nova realidade: o capital.

Outra característica do materialismo dialético é a defesa de que o conhecimento da realidade deve implicar na sua transformação. Para Malagodi

(1988) a atitude materialista diante da realidade tem três características: é realista, pois investiga as relações sociais tal como elas são, a realidade efetiva; esta é vista como um processo dialético pois se transforma a partir de contradições internas da própria sociedade; o seu conhecimento e transformação devem andar juntos.

Esta filosofia serviu como base para a geografia crítica, nela o conceito de espaço geográfico é tido como objeto social e resulta da produção da sociedade e do capitalismo e ainda serve como instrumento de produção da mais-valia. O homem produz o espaço geográfico através das relações que estabelece e faz parte deste espaço, os dois não podem ser entendidos separadamente. O entendimento do modo de produção capitalista ajuda a entender a construção do espaço geográfico.

Um exemplo desta geografia está presente na obra de Armando Correa da Silva, na qual desenvolve a teoria da Geografia e Lugar social, onde explica o espaço enquanto resultado das relações sociais e naturais.

## **ARMANDO CORREA DA SILVA E A TEORIA DA GEOGRAFIA E LUGAR SOCIAL**

Uma das inquietudes da ciência geográfica é a definição do seu objeto. Seria a Geografia o estudo da natureza, da sociedade ou das relações entre natureza e sociedade? A busca por unicidade do objeto é continua entre os geógrafos, neste âmbito a obra de Armando Correa da Silva apresenta significativa contribuição.

O autor propõe o espaço como objeto, este deve ser estudado enquanto ser com existência própria e não como algo abstrato, sua realização e concretude se dariam através do lugar social, que reúne aspectos sociais e naturais:

Poderá dizer-se então, em Geografia, que a forma espacial é a expressão do lugar, que é o valor real, assim como as pessoas que habitam e trabalham. Nesta formulação a dimensão espacial contém o histórico, o econômico, o social, o político, o antropológico, o linguístico, o filosófico, o matemático etc.. Mas também o físico, o químico, o biológico, etc.. (SILVA, 1978, p. 03).

A busca por uma teoria sobre o espaço, objeto de estudo da geografia, é destaque na obra de Armando Correa da Silva. No âmbito da geografia crítica brasileira o autor busca definições para a categoria espaço discutindo conceitos como ser social, lugar social e geografia social.

Em linhas gerais o autor discute as relações homem e natureza, a forma como o primeiro cria o espaço ou lugar social e como, ao mesmo tempo, ele transforma o espaço e a si mesmo. Por influencia da escola crítica, defende o espaço de forma mais ampla como conjugação do social e do natural. Dentro da sua análise coloca em destaque o conceito de lugar social

No livro Geografia e Lugar Social, o autor busca a discussão do ser espacial. Discute para tanto a contribuição do natural e do social para a construção do lugar social. O lugar social é, portanto, o objeto de estudo da Geografia Social.

Primeiramente o autor apresenta os pressupostos da geografia social. O natural e o físico são apresentados como primeiros pressupostos. Neste momento traz uma definição para o natural que, segundo o autor, é constituído por uma força natural, trabalho natural e determinação natural. A natureza é, portanto tudo que

existe fora o mundo social. Ela possui um modo de produção natural, ou seja, uma forma de produzir-se e reproduzir-se independentemente da ação humana.

O modo de produção natural é composto de fatores orgânicos, inorgânicos, físicos, químicos e biológicos. Este modo gera paisagens diferenciadas que vão se modificando ao longo do tempo natural.

A paisagem natural é o dado perceptível do espaço terrestre em formação ou já estruturado. A lógica da paisagem natural expressa-se como um conjunto de relações mais ou menos estáveis, entre elementos orgânicos e inorgânicos [...] a diversidade dos lugares naturais explica a diversidade de determinações, assim como a diversidade de respostas (SILVA, 1991, p. 15).

Além da força natural enquanto agente de transformação da natureza se tem ainda a força de trabalho, que é a capacidade humana de produzir e reproduzir o trabalho social. Não se pode esquecer que a força de trabalho humana não pode prescindir da natureza, pois não são relações só entre homens, mas destes com a natureza, ambas estão ligadas e determinam a organização social.

Neste ponto vem a primeira intercessão entre esta obra de Silva e o pensamento marxista: o interesse material como ponto de partida para a organização social, uma vez que o trabalho humano é voltado para atender suas necessidades que em primazia são materiais: “Essa organização social, em primeiro nível, é uma organização econômica, porque diz respeito à maneira como os homens trabalham para atender suas necessidades.” (SILVA, 1991, p. 15)

A ação do homem ao transformar a natureza é pensada e tem o objetivo de suprir suas necessidades, este direcionamento é dado pela consciência social que é a capacidade que o homem tem de transformar a natureza, e, ao mesmo tempo, modificar a si mesmo. Este fato pode ser observado através da evolução das técnicas e da ciência, cada vez que o homem transforma o meio em que vive aprende mais com as adversidades encontradas e busca novas respostas.

Outro aspecto da ação humana é o caráter político e cultural. Pois ao modificar a natureza cria também instituições para legitimar suas ações e se apoia na religião, na arte, na literatura, na ciência para dar um valor simbólico à sua própria existência. Está caracterizado o modo de produção social que tem como produto a organização social que é visível através das paisagens sociais.

O lugar social é o resultado da conjugação entre as forças naturais e o trabalho social. Como estas se apresentam de formas diversificadas no globo, vão surgir então uma diversidade de lugares sociais.

O autor ainda admite que o lugar social é primeiramente natural-social passando a ser social-natural. A transformação do primeiro no último se dá pelo trabalho social, no qual se passa de uma consciência natural para uma consciência social. No entanto, apesar de ocorrer esta transformação, o substrato natural ainda permanece, pois este não pode ser transformado por completo.

O segundo pressuposto da geografia social colocado pelo autor é o humano. O homem tem que ser entendido considerando-se fatores sociais, culturais e ecológicos, pois destes depende o seu modo de vida. Os aspectos sociais estão ligados à organização social, relações sociais, cultura, economia. O aspecto natural é o espaço, os fatores ecológicos, o lugar de ocorrência: “[...] o modo de vida é, então, o social-natural. Não pode ser social sem ser natural. Não pode ser natural sem ser social.” (SILVA, 1991, p. 23).

Um dos aspectos do modo de vida é a localização. Para o autor a localização dos grupos humanos é um dado natural e social, pois a organização social pode ultrapassar os fatores ecológicos permitindo novas configurações ambientais. Quanto maior a tecnologia embutida na organização social menor é a dependência ecológica. É a passagem da intuição para a consciência: “[...] à medida que a cultura progride, a inovação técnica permite explorar mais completamente as pirâmides ecológicas, reduzindo os fatores de limitação e diminuindo a concorrência de outras espécies.” (CLAVAL *apud* SILVA, 1991, p. 23).

Esta capacidade do homem de transformar a natureza é notável, no entanto, o lugar também influencia o humano. O lugar contribui para o equilíbrio ou desequilíbrio entre população e recursos. Observa-se mais um aspecto da teoria marxista utilizado por Silva (1991): a relação dialética, ou seja, dois aspectos que se relacionam social e natural para ocorrência de um terceiro: o modo de vida humano.

O homem não pode ser entendido isoladamente, sem se considerar a localização, pois dela vem o seu entorno. Estes podem ser providos de mais ou menos recursos facilitando ou dificultando a relação de equilíbrio entre a população e suas necessidades.

O lugar entra então na definição do humano como algo em si, natural, e como natureza transformada. Entra, também, como entorno que o envolve. Entra ainda, como meio que o produz e é produzido por ele. Num estágio mais evoluído o homem é o próprio lugar que representa e define (SILVA, 1991, p. 27).

No lugar se realizam dois tipos de relações: as simples e as complexas. As primeiras são as pequenas trocas e implicam pouca mobilidade natural e social, por exemplo, a própria organização corporal do homem. As segundas são resultam em uma maior troca de energia, por exemplo, as relações de trabalho. As segundas dependem da primeira, pois: “[...] o modo pelo qual os homens vão produzir o seu modo de vida depende da natureza e dos modos de vida já encontrados.” (MARX, 1977 *apud* SILVA, 1991, p. 29).

Outro pressuposto da teoria de Silva (1991) é a consciência social à medida que o homem entende o espaço e assim o transforma para atender os seus objetivos, deixa de ter uma consciência natural e passa a ter uma consciência social. O trabalho realizado pelo homem transforma a primeira natureza em segunda natureza e se dá através do trabalho humano guiado pela consciência social.

O lugar social é, portanto: “[...] manifestação do espaço social que contém a consciência social, a sociedade, o trabalho [...]” (SILVA, 1991, p. 30). A diversidade de organizações sociais vão originar diferentes espaços, que vão se manifestar geograficamente nos lugares sociais. Silva (1991) define o arranjo físico como sendo a estrutura do lugar social e, a cultura, a superestrutura do espaço social. A estrutura então composta pelas formas naturais do espaço é sobre determinada pela cultura do grupo que o habita.

O autor ainda esclarece o conceito de paisagem que para ele trata-se de uma paisagem humanizada:

A paisagem humanizada é uma forma de apropriação da natureza pelo homem como percepção (sentir, intuir, identificar pelos sentidos), consciência (compreensão por ideação e elaboração do conceito) e trabalho. Por isso, a paisagem, que é o lugar social

percebido e compreendido, enquanto expressão de ações, relações e objetos sociais – é o fazer-se físico da natureza, seu ser para outro (SILVA, 1991, p. 35).

O quarto pressuposto da teoria de Silva diz respeito ao processo e a forma. Para o autor o conjunto de relações sociais-naturais que vão contribuir para a transformação da primeira em segunda natureza e, assim, originar diversos lugares sociais, não pode acontecer senão como processo e forma.

O processo é o contínuo movimento de transformação, pois este espaço não é um produto acabado mais está em constante mudança. O autor recorre mais uma vez a dialética ao explicar que os processos naturais e sociais estão em relação desigual e simultânea e vão gerando assim múltiplas formas sociais e naturais. “[...] por isso natureza, sociedade e espaço são momentos de manifestação do processo de configuração da forma, que se expressa como particularidade dos elementos sociais-naturais que definem como campo de força o lugar social.” (SILVA, 1991, p. 38).

Nesta lógica é muito importante considerar que a mola propulsora para os processos sociais são as relações de produção, movidas pelo interesse material da sociedade. Para ilustrar a importância destas relações sociais utiliza as palavras de George:

O conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas precede e esclarece a constatação da diversidade atual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas, dos níveis econômicos e das condições sociais (GEORGE, 1966 *apud* SILVA, 1991, p. 39).

Como o lugar social é a manifestação no espaço em um dado momento de uma forma que está em constante mudança através de processos naturais e sociais, para o autor o estudo geográfico é um estudo que, diferentemente das outras ciências, situa o fato, ou seja, considera o fator localização na ocorrência dos fenômenos. O papel do geógrafo, para o autor, é situar as estruturas e processos que contribuem para moldar as formas diferentes dos lugares sociais.

A sociedade, a natureza e o espaço são, então, o processo e a forma de expressão do lugar social como modo de vida localizado. Entenda-se a localização como a identificação do ser na configuração do processo e forma em devir; momento logico-natural de expressão do sítio, situação, posição. Momento que é mediação manifesta de processo e forma como apreensão e dado do real (SILVA, 1991, p. 42).

A paisagem é a forma perceptível da formação geográfica, é um conjunto de formas e movimentos. A paisagem mais a população compõem o lugar, este sem a população é uma abstração. Percebe-se mais uma vez o peso do elemento social na teoria de Silva (1991).

A paisagem enquanto espaço é uma formação, ou a conjugação das formações naturais e sociais. A formação natural resulta em modos de produções naturais que são mais homogêneos, por obedecer a uma lógica física, química e biológica. A formação social, no entanto, gera modos de produções mais diferenciados, pois dependem da evolução histórica que apresentam.

Cada lugar social, em razão das especificidades dos modos de produção natural e social, põe-se, então, como singularidade. Singularidade que remete a unidade espaço-terrestre, como expressão particular da formação espacial. A formação geográfica apresenta, por isso, uma contradição em seu ser natural-social. Sua particularidade, então, a forma que assume o conjunto das relações homem-natureza no lugar. Por isso, uma localização (SILVA, 1991, p. 123).

O lugar social contém a relação do social com o natural. A localização é a unidade do social-natural num dado momento, pois as formas naturais e sociais estão em constantes mudanças. A geografia analisa este lugar, pois ele é o espaço do tempo presente e este representa o real, pois contém o passado, o presente e o futuro.

Segundo Silva (1991) esta unidade entre natural e social, contida no lugar possui uma especificidade. O trabalho natural é diferente do social. O ser social tem uma base orgânica (natural), no entanto, é o trabalho que dá ao humano uma nova forma de existência. O trabalho permite ao homem ultrapassar a fixação imposta pela competição biológica, e, diferente de outros realizados por outras espécies é feito de forma consciente.

A lei geral que rege a formação do espaço geográfico para Silva (1978) seria a do desenvolvimento desigual, uma vez que este é formado por fatores diferentes que se equilibram e originam paisagens geográficas diferenciadas. A paisagem natural resulta de vários fatores como a hidrografia, solo, relevo, etc. a paisagem cultural resulta de fatores como cultura, economia, política, sociedade: “[...] o meio natural e o meio cultural formam o meio geográfico. Este se modifica no decorrer do tempo à medida que se desenvolvem a história natural e a história humana.” (SILVA, 1978, p. 10). É preciso ainda destacar que a formação natural é influenciada pela formação social e vice-versa.

Definidos os pressupostos utilizados por Silva será possível compreender a sua proposição sobre a geografia social. O autor define que a ciência geográfica para existir precisa dar concretude ao seu objeto de estudo, que é o espaço. Então o espaço para a Geografia é um ser com existência própria. Adverte, no entanto que o espaço deve ser entendido como formação, pois é composto de processo e forma, pois como já foi dito este espaço está em constante movimento seja por forças naturais, e, sobretudo, pela força do trabalho humano.

Então como a geografia vai estudar este objeto? A proposição do autor é que o lugar é a expressão elementar da geografia, pois os diversos lugares que compõem a superfície terrestre, vão expressar nas suas diferentes localizações e diversidades existentes na Terra. Para o autor o globo é uma grande variedade de lugares.

A formação do espaço supõe o trabalho humano, as relações de produção, a população natural e social. A concretude do espaço, objeto de estudo da geografia, para o autor, surge a partir do momento que é formado o ser social. O espaço natural existe mesmo antes do homem, foi criado por uma sucessão de acontecimentos naturais. Após o aparecimento do homem, começa acontecer uma apropriação e transformação deste espaço, surge assim o ser social e junto com ele este novo espaço que se constitui o objeto da geografia social.

Neste contexto, a relação homem e natureza vai acontecer na forma que a natureza é vista como uma potencialidade para ação transformadora do ser social.

Para explicar como acontece a valorização do espaço Silva (1991) faz uma analogia ao pensamento Marxista, esclarecendo que existe um valor do espaço (potencialidades naturais) e um valor no espaço (que é um valor criado pelo homem, produto do trabalho).

Como é possível notar o autor remete novamente ao Materialismo de Marx uma vez que considera que o trabalho humano interfere diretamente na criação deste espaço e que este é intencionalmente voltado para atender necessidades de produção:

Que a produção do espaço confunde-se com a produção dos bens materiais necessários a sobrevivência dos homens. E que isso decorre do fato de que os homens suprem suas necessidades convertendo a terra, que Marx, determinou “sua despensa primitiva”, nos bens necessários, pela via do trabalho social (MOREIRA, 1979 apud SILVA, 1991, p. 109).

A formação espacial é a própria formação econômico-social especializada. Esta formação é contínua, uma vez que o processo de produção e reprodução das relações capitalistas também é contínuo. Para o autor é necessário entender a formação econômico-social para se compreender o espaço, pois esta não diz respeito somente ao modo de produção, mas engloba aspectos como política, economia, sociedade, superestrutura, a vida cotidiana das pessoas, a família.

Milton Santos (1977) corrobora com a ideia de Silva ao afirmar que os geógrafos deveriam se preocupar mais com a formação do espaço e não com as formas:

Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a história. Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 1977, p. 81 apud SILVA, 1991).

A partir do conhecimento da formação econômico-social é possível entender os processos que comandam a produção das formas espaciais. É preciso destacar ainda que a produção espacial também interfere na formação econômico-social, são interdependentes.

As diferentes formações econômico-sociais resultantes de distintos modos de produção ou até mesmo de estágios diversos de um mesmo modo de produção vão ser refletidas no espaço através da diferença entre os lugares. A forma e a função do espaço representam a realização prática de algum momento da produção.

Neste momento o autor reforça, utilizando o pensamento de Santos (1977) a importância do espaço, pois ele não é só o produto de relações sociais e naturais, mas também influencia estas relações:

Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se componente fundamental na totalidade social e de seus movimentos. (...) o espaço é a matéria por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha importância sobre o homem,

nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 1977, *apud* SILVA, 1991, p. 121).

A geografia social e do lugar social propostas por Silva (1991), tem como base em um espaço que se origina a partir de relações naturais e, sobretudo de relações sociais, segundo um modo de produção. Como o espaço social não pode ser estudado distante da sociedade é importante entendê-lo dentro do sistema de produção capitalista, percebe-se aí mais uma vez a influencia marxista na obra do autor.

A propriedade privada é a forma geográfica de produção e reprodução do capital. O espaço geoeconômico seria então a dimensão espacial do capitalismo, este espaço é concentrado. Além disso, o mercado para o capitalismo é caracterizado pelo conjunto de lugares de produção, troca, circulação e consumo, percebe-se então mais uma vez a importância do elemento espacial nas análises sobre a sociedade.

O espaço é transformado em mercadoria tanto pelos capitalistas através da propriedade privada, como também pelo próprio Estado através do seu poder político que cria a sua própria propriedade e estabelece uma organização espacial. É estabelecida então uma nova contradição, de um lado se tem o espaço do estado e, do outro, o espaço monopolista da grande empresa. Neste contexto, só o grande capital tem liberdade de se mover no espaço.

A característica do espaço, no contexto do capitalismo, é a homogeneidade, visto que é tratado como mercadoria. As máquinas e a tecnologia diminuem os obstáculos naturais e interferem na sua livre organização natural. Na cidade esta interferência é maior, pois o espaço é quase que totalmente produzido pelo capital.

No âmbito da classe trabalhadora também se percebe a influencia do espaço. O assalariado vende sua força de trabalho e mantém relações sociais com outros assalariados. Estas relações são localizadas, pois acontecem em um lugar social. Ao mesmo tempo em que o capitalismo tende a homogeneizar o espaço, as particularidades da população diminuem esta padronização: “as determinações individuais e grupais, que se relacionam as determinações do lugar, tendem a eliminar essa isotropia.” (SILVA, 1991, p. 42).

A geografia social, portanto, estuda o lugar social, ou os lugares que em sua totalidade compõem a Terra. Este seria a expressão mais concreta do objeto da Geografia, pois não existe sem o lugar natural, sem o ser social: “por isso, o lugar social se põe como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais, que contem a contradição necessidade-liberdade.” (SILVA, 1991, p. 42).

A partir da análise da Teoria proposta por Armando Correa da Silva que a Geografia deve estar ciente do seu objeto de estudo, o espaço: “Nessa correção uma das tarefas principais é “por de pé” a reflexão filosófica a partir da preocupação do espaço como ser.” (SILVA, 1978, p. 127). Para o autor o espaço tem existência concreta através dos diversos lugares sociais, estes são a expressão visível através das paisagens, da conjugação das relações sociais e naturais.

## CONCLUSÃO

Armando Correa da Silva apresenta significativa contribuição na busca pela unicidade do objeto, questão recorrente entre os geógrafos. O autor busca uma

ontologia do espaço, uma vez que defende que este é objeto de estudo da geografia e tem existência própria.

Neste âmbito propõe o conceito de Lugar social como expressão do espaço que contem o amálgama das relações naturais e sociais. Representante da geografia crítica brasileira, o autor busca definições para a categoria espaço discutindo conceitos como ser social, lugar social e geografia social, tomando por base o materialismo dialético.

O estudo da Geografia social e Lugar social proposto por Armando Correa da Silva permite pensar o espaço não mais como algo abstrato, mas como um produto que está em constante formação e tem influencia de processos naturais e sociais na sua construção. A diversidade destas relações originaria diferentes espaços, os lugares sociais, que em sua totalidade compõem o globo, a Geografia social teria como objeto estes diferentes lugares. O papel do geógrafo é, portanto, perceber que os diferentes lugares representam distintos arranjos das relações do homem, através do seu trabalho, com a natureza.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correa de. **Geografia ciência da sociedade: uma introdução a análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Trad. José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988.  
MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. Tradução de Eduardo Sucupira Filho.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação Social como Teoria e como Método**, tradução de Maria Encarnação Vasquez Beltrão. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, São Paulo, Associação de Geógrafos Brasileiros, 1977. p. 81-95.

SILVA, Armando Correa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Armando Correa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Artigo submetido em: 13/06/2013

Aceito para publicação em: 18/10/2013

Publicado em: 05/04/2014